

DOCTRINA POLÍTICA DE POTÊNCIA

General-de-Brigada CARLOS DE MEIRA MATTOS

6.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

1. Política de Objetivos

Tentando uma interpretação filosófica da Revolução de 31 de março, nos idos de 1965, por ocasião de seu primeiro aniversário, chegamos à conclusão que precisávamos muito mais de nos fixarmos numa doutrina (*) política do que nos estendermos em especulações sobre sua filosofia. Isto porque, não havia na liderança revolucionária naquela época, como não há hoje, nenhuma voz discordante sobre a filosofia democrática da Revolução. Fizemos a Revolução para, dentro da concepção de vida democrática, dentro de um estilo existencial democrático, dentro de uma moral e uma ética democráticas, erigirmos uma sociedade desenvolvida, superando a todos os fatores adversos oriundos de nosso gigantismo geográfico e de nosso atraso sócio-econômico.

Estava, portanto, clara a filosofia democrática da Revolução; o que urgia aos homens do governo de então, chefiados pelo Ex-Presidente Castello Branco, era definir e implantar uma doutrina política revolucionária, isto é, instrumentar nossa filosofia democrática com uma dinâmica de ação política que definisse onde queríamos chegar, o que fazer e como fazer, enfim, o premente era fixar uma política de objetivos claros e definidos, marcando etapas sucessivas para alcançá-los.

Dizíamos por ocasião do 1.º Aniversário da Revolução, em artigo publicado sob título "Pensamento Revolucionário Brasileiro":

"O fato de sermos democratas, de nossa Revolução ser democrática, apenas, não nos fornece o instrumental para imprimir um rumo político ao governo revolucionário. É a democracia uma ideologia de teto e não um instrumento de ação política. Comparando, diremos que a democracia, assim como o marxismo-leninismo e o nacional-socialismo, aquecem as mentes, mas são insuficientes para mover, desembaraçadamente, as pernas e os braços. O fato de sermos todos democratas, portanto, não nos dá a força motora indispensável à realização de uma obra política revolucionária".

(*) Doutrina — Conjunto de princípios em que se baseia um sistema religioso, político ou filosófico. Modo de pensar, proceder (do latim-doctrina). Nôvo Dicionário Cândido Figueiredo — 6.ª edição — Lisboa.

Foi o Ex-Presidente Castello Branco buscar as bases de formulação da doutrina política revolucionária nos laboratórios da Escola Superior de Guerra, onde êle já militara, centro de estudos políticos e estratégicos que desde 1949 vinha com seriedade e critério científico procurando formular as linhas mestras de uma política nacional à altura dos mais altos interesses e aspirações nacionais.

A formulação da doutrina política da Revolução baseou-se, fundamentalmente, na eleição dos Objetivos Nacionais, na sua interpretação e no estabelecimento de uma estratégia para alcançá-los ou preservá-los.

Entre os nove Objetivos Nacionais eleitos

- Independência;
- Soberania;
- Integridade territorial;
- Prestígio Internacional;
- Integração Nacional;
- Prosperidade Nacional;
- Democracia;
- Preservação dos Valores Morais e Espirituais da Nacionalidade;
- e Paz Social;

dois foram considerados *objetivos-críticos*, — Integração Nacional e Prosperidade Nacional — e para sua consecução foi montada a Política de Desenvolvimento. Outros objetivos como — Democracia, Preservação dos Valores Morais e Espirituais da Nacionalidade e Paz Social — cujo fortalecimento depende, essencialmente, do êxito da Política de Desenvolvimento, e que são os alvos principais da anti-revolução e da subversão, mereceram o conceito de *objetivos a defender*, e passaram a constituir a principal preocupação da Política da Segurança.

Os objetivos — Independência, Soberania, Integridade Territorial e Prestígio Internacional — não contestados e por isto mesmo não exigindo um esforço de afirmação imediata, foram considerados *objetivos a preservar*. Sua valorização, subordina-se igualmente ao sucesso da Política de Desenvolvimento baseada na conquista dos dois objetivos críticos.

Como se deduz facilmente desta resumida análise, a estratégia política da Revolução está baseada na conquista dos dois objetivos nacionais críticos e o instrumento dessa estratégia é a Política de Desenvolvimento.

Os seis anos de Revolução que hoje comemoramos revelam uma admirável continuidade de orientação doutrinária e administrativa. Os três governos sucessivos — Castello Branco, Costa e Silva e Garrastazú Médici — mantiveram e mantêm o esforço principal na consecução da Política de Desenvolvimento. Cada um desses três governos ajustou seus programas às necessidades conjunturais prementes e à evolução do processo de desenvolvimento, sem nunca se afastar das linhas mestras da estratégia revolucionária geral. Assim é que Castello Branco se viu obrigado a concentrar-se no saneamento das finanças e no planejamento de uma estratégia para o desenvolvimento; Costa e Silva recebendo

uma situação financeira mais aliviada, pôde acelerar o desenvolvimento, particularmente nos setores dos transportes e dos incentivos às áreas críticas — Nordeste e Amazônia. Já o Presidente Médici reajusta seu programa de prioridades dentro da mesma estratégia desenvolvimentista, marcando como metas prioritárias:

- Revolução na Educação e na Saúde;
- Revolução na Agricultura e no Abastecimento;
- Aceleração no Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- e Fortalecimento do Poder da Competição da Indústria Nacional.

Estes seis anos de Revolução nos deram no campo da política econômico-financeira uma perspectiva de desenvolvimento ordenado e equilibrado. Foram vencidas as três principais calamidades herdadas pela Revolução — A imoralidade dos governantes, a hiper-inflação e a desordem administrativa. O crescimento do produto interno bruto (PIB) está superando os índices previstos, numa expectativa muito animadora.

Poderemos já, recém-saídos do caos, pensarmos numa política de potência? Poderá a Revolução baseada nos êxitos já alcançados e na perspectiva favorável, estruturar-se para uma política de potência? É o que vamos tentar responder.

2. Conceito de Potência

Não resta dúvida que possuímos atributos geográficos e demográficos de potência. Somos no mundo o 4.º estado no que tange à massa territorial compacta, precedidos apenas pela União Soviética, China e Canadá. Os Estados Unidos sem o Alaska e o Havaí, cujos territórios não têm continuidade com a grande massa continental norte-americana, são menores que o Brasil. Nossa população, de aproximadamente 90 milhões, tangida por uma taxa de crescimento anual de 3%, alcançará no limiar do ano 2000 a casa dos 200 milhões. Entretanto, êsses valores geográficos e demográficos, apenas, não fazem a potência.

No dizer de Kjéllen três são os atributos principais de uma grande potência — espaço geográfico, liberdade de movimentos e coesão interna. O geopolítico sueco, da escola alemã, viveu numa época em que fatores de capacidade industrial e técnico-científico não pesavam tanto na avaliação das potencialidades políticas. Por isto, o seu critério de valores, à luz de nossos dias, carece de uma acentuação maior que deveria ser dada à capacitação do poder econômico-industrial. Submetido o Brasil ao instrumento de avaliação de Kjéllen, não há dúvida que veríamos uma confirmação do acerto da Revolução dando alta prioridade à de desenvolvimento. Pois, se de um lado, não nos falta espaço geográfico, não há dúvida que a nossa liberdade de movimentos e coesão interna só atingirão a níveis de potência, se superarmos os objetivos de integração Nacional e de Prosperidade Nacional.

Mais moderno que Kjéllen, o nosso contemporâneo Arnold Toynbee conceitua como potência “— uma força política que exerce seu poder coordenador num campo de ação maior do que a sociedade que lhe serve de base”.

O eminente historiador e sociólogo inglês, mestre da nova escola baseada na filosofia da história, avalia a potência pelo efeito de extrapolar poder. O conceito sintético de Toynbee, analisado pelo escritor francês Tibor Mende é assim desdobrado:

- hoje em dia, grande potência é somente aquela cuja força coordenadora se exerce em dimensões mundiais;
- sua soberania deve exercer-se sobre um vastíssimo território;
- deve dispor de imensas reservas de matéria-prima e de mão-de-obra especializada;
- sua capacidade de produção deve permitir-lhe fabricar, em grande quantidade, armas modernas de alto custo, e de ceder gratuitamente, enormes porções de produtos manufaturados, pois êste é o método contemporâneo de fazer aliados;
- as grandes potências da atualidade devem ser unidades multinacionais e multi-raciais, pela simples razão de que algumas das condições precedentes não podem ser satisfeitas por um único povo que não disponha senão de seu próprio território.

O desdobramento do conceito “toynbeano” por Tibor Mende revela a influência das realidades oferecidas pelas duas atuais grandes potências — Estados Unidos e União Soviética — na composição de sua análise. Podemos discordar das conclusões de Tibor Mende, mas será difícil se discordar do juízo de Toynbee:

— de que o que caracteriza a potência moderna é a capacidade de exercer um poder coordenador sobre área maior que a de seu próprio território. Esse poder coordenador não terá que ser, obrigatoriamente, político e militar. Poderá ser, predominantemente econômico, ou ideológico.

Vejamos agora o que dizem sobre nosso país os senhores Herman Kahn e Anthony Wiener no seu livro “O Ano 2000”:

Há duas ordens de apreciação, aparentemente contraditórias, sobre o Brasil no livro recente dos dois futurólogos. A primeira, em termos de poder político, nos encara com relativo otimismo. Coloca-nos como uma das prováveis novas grandes potências do início do século XXI (Tabela X, pág. 55, da tradução brasileira “O Ano 2000”).

Em seguida em termos de poder econômico, tomando como instrumento de medida o Produto Interno Bruto (PIB), a nossa posição aparece bastante inferiorizada como veremos a seguir.

Apresentam os futurólogos do Instituto Hudson, para o limiar do próximo século, as nações do mundo repartidas entre seis grupamentos, diferenciados pelo estágio de desenvolvimento atingido:

1. Pós-Industrial (de 4.000 a 20.000 dólares *per capita*);
2. Pós-Industrial Inicial (cêrca de 4.000 dólares *per capita*);
3. Consumo em massa (de 1.500 a 4.000 dólares *per capita*);
4. Industrial (de 600 a 1.500 dólares *per capita*);
5. Parcialmente Industrializado (200 a 600 dólares *per capita*);
6. Pré-Industrial (50 a 200 dólares *per capita*).

Os estudiosos do Instituto Hudson situam o Brasil no início do ano 2000, no grupamento 5, das nações parcialmente industrializadas, com uma população de 210 milhões e renda *per capita* inferior a 600 dólares

No grupamento 1, das nações que alcançaram o tipo de sociedade Pós-Industrial encontram-se apenas os Estados Unidos, Japão, Canadá, Escandinávia, Suíça, França, Alemanha Ocidental e Benelux. A União Soviética, com o Reino Unido, Itália, Áustria, Alemanha Oriental, Tcheco-Eslováquia, Israel, Austrália e Nova Zelândia, encontram-se no grupamento 2, no estágio Pós-Industrial Inicial.

Entre as nações latino-americanas, as previsões do Instituto Hudson destacam a Argentina e a Venezuela no grupamento 3, das sociedades de consumo em massa. No grupamento 4, dos países totalmente industrializados, encontra-se o México, Uruguai, Chile, Cuba, Colômbia e Peru.

Como se vê, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, o Brasil nas previsões dos senhores Kahn e Wiener figura em posição pouco favorável, mesmo no contexto da América Latina.

Referimo-nos, anteriormente, a uma certa contradição que se pode extrair dos estudos de Kahn e Wiener. Contradição que, de resto, está contida na própria realidade brasileira. Nosso país, imenso, economicamente desequilibrado entre áreas industrializadas e áreas extremamente subdesenvolvidas, tangido por uma taxa de crescimento demográfico exagerada para a nossa capacidade econômica, não é país que resista a um Raios X de computador. E os futurólogos do Instituto Hudson avaliam progresso e desenvolvimento jogando no computador os números frios do PIB, da taxa de crescimento populacional dos coeficientes de tendências simples e múltiplas. Não podem lançar no computador as forças anímicas capazes de superar êsses números e inverter as expectativas. Não podem traduzir em números as forças emanentes da potencialidade geográfica. Nós sentimos no desenvolvimento do Brasil de hoje a presença dessas forças anímicas e físicas que os autores do "O Ano 2000", também devem ter percebido nas suas avaliações, tanto assim que, em que pesem às previsões pessimistas no tocante à nossa posição econômica no início do século, não nos regatearam o reconhecimento de podermos vir a figurar entre uma das novas potências dessa mesma época, ao lado do Japão, China, México e Índia.

Sirva-nos porém de advertência a inferiorização de nossa posição no quadro das nações de maior desenvolvimento econômico no começo do século. Tomemos como um desafio a necessidade de desmentir as respostas dos computadores do Instituto Hudson. Para isto, teremos que mostrar capacidade de lançar nesses computadores novos valores de PIB e talvez menores índices de crescimento populacional, a fim de que todo o nosso esforço de desenvolvimento não se dilua demasiadamente, impossibilitando a impulsão de um processo de investimentos cada vez mais vigoroso.

Em síntese, como idéias e conceitos de potência, vimos os pensamentos de Kjéllen, Toynbee, Tibor Mende, Herman Kahn e Anthony Wiener. Balanceando esses conceitos, à luz da fórmula "Kjelliana" de que os atributos da potência são — espaço geográfico, liberdade de movimentos e coesão interna — podemos concluir que, para alcançarmos uma posição de potência, no mundo moderno, precisaremos superar nossas deficiências nos dois últimos fatores. Precisaremos ampliar a nossa liberdade de movimentos através de uma ofensiva sem precedentes nos setores dos transportes, energia e telecomunicações, e tudo com uma visão interna e internacional. No mundo moderno, liberdade de movimentos é o poder de estar presente em tôdas áreas de interesse político nacional. É o poder de comerciar em dimensões mundiais. Deveremos ainda, fortalecer a nossa coesão interna, no campo da unidade espiritual, da educação, da ciência e da cultura moderna. Será necessário criar uma elite política nacional com forte poder de liderança e elites especializadas capazes de irradiarem cultura, ciência e técnica.

Mas, como alcançar tudo isto, como realizar o conceito de potência de Toynbee referente à "capacidade de exercer um poder coordenador num campo de ação maior do que o seu território", se não fôr superado o fantasma da nossa fraqueza econômica?

3. Como chegar a Potência

Num esforço de conceituação da Doutrina Política Revolucionária, baseada nos objetivos nacionais, assim apresentáremos:

— *conquistar* a todo o custo e a curto prazo a integração nacional e a prosperidade nacional;

— *defender* obstinadamente o estilo de vida democrático do povo brasileiro, os valores morais e espirituais sobre os quais se assentam as bases da nacionalidade e paz social;

— *preservar e valorizar*, a independência, a soberania, a integridade territorial e o prestígio internacional da Nação Brasileira.

A dinâmica da Doutrina está nos objetivos a conquistar a todo o custo e a curto prazo — integração nacional e prosperidade nacional instrumentada numa Política de Desenvolvimento. Seremos capazes de

realizar este "a todo o custo e a curto prazo" com a impulsão e as dimensões exigidas por uma estratégia de potência?

Ao invés de nos perdermos em análise de possibilidades abstratas preferimos resumir o que já conseguimos concretamente no período revolucionário de 1964-70. A avaliação do que realizamos nos dará a medida daquilo que seremos capazes de realizar daqui por diante.

No tocante ao PIB, a administração revolucionária elevou de zero para 7% a taxa de crescimento. Reduziu de 100% para 20% a taxa de inflação. Aumentou de 30% o nível de emprêgo industrial. No campo educacional aumentou de 90% os números de matrículas no ensino médio e de 110% no ensino superior. O Brasil gasta anualmente com Educação 4 bilhões de cruzeiros por ano, o dôbro do que empregava em 1960. Nos seis anos de revolução, a rêde de rodovias pavimentadas cresceu de 50%, a tonelagem produzida na indústria de construção naval de 300%, a capacidade instalada de energia elétrica de 40% e a produção de petróleo de 60%. No desenvolvimento das regiões-problemas (Nordeste e Amazônia) os investimentos atingiram no ano passado a cifra de 3,4 bilhões de cruzeiros novos, ou seja 140% do financiamento externo líquido concedido à América Latina pelo conjunto de tôdas as instituições financeiras internacionais.

O Plano de Habitação Nacional está construindo 200.000 residências por ano e gerando de 150.000 a 200.000 novos empregos.

Os dados estatísticos acima valem por uma amostra da capacidade realizadora dos governos revolucionários. Permitem-nos ser otimistas, em que pesem as dimensões gigantescas de nossos problemas. Sugerem-nos confiança em nossa capacidade de ultrapassar; as previsões dos futurólogos de computador, acelerando nossa industrialização e impulsionando nossa entrada, antes do esperado, no rol das sociedades de consumo em massa, com uma taxa de renda *per capita* acima de 1.500 dólares.

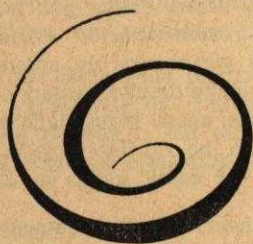
As previsões do Ministério do Planejamento, dentro de uma perspectiva de crescimento do PIB de 8% a 9% ao ano, são de que, em 1980 estaremos com o PIB no valor de 80 bilhões de dólares e a população de 120 milhões. Se esta meta fôr alcançada teremos elevado em 10 anos a renda *per capita* de 300 para 800 dólares, conquistando já o estágio de país industrializado e superando profundamente as previsões de Kahn e Wiener que nos colocaram no ano 2000, isto é, 20 anos depois, com uma renda *per capita* inferior a 600 dólares. Se no decênio que ora se inicia mostrarmos aptidão para tal salto, teremos consolidada nossa economia e os dois decênios seguintes 1990 e 2000 serão marcados por um ritmo de desenvolvimento muito mais forte.

Esta arrancada não se fará sem uma elite revolucionária coesa, disciplinada e consciente do esforço e dos sacrifícios que dela se espera. Há de ser uma elite moderna, do tipo elite estratégica, como a classifica Susanne Keller no seu livro "O Destino das Elites", formada de políticos esclarecidos, especialistas competentes e técnicos superiores,

dotados de alma e de espírito missionário e imbuídos dos princípios de doutrina política revolucionária representados pela:

- austeridade;
- eficiência administrativa;
- dinâmica de ação política;
- produtividade;
- liberdade com responsabilidades;
- livre empresa;
- paz social;
- e respeito à dignidade da pessoa humana.

Superada nossa debilidade econômica, aí sim, teremos um poder nacional suficientemente forte para realizar o nosso destino de grandeza. Teremos alcançado as projeções de potência.



A GUERRA REVOLUCIONARIA leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão.